



EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NO MOVIMENTO OPERÁRIO NO RIO DE JANEIRO SOB A INFLUÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

LUIZA ANGÉLICA PASCHOETO GUIMARÃES*

Introdução

A presente pesquisa¹ tencionou analisar a educação do trabalhador pretendida pelos militantes do sindicalismo revolucionário, principalmente os anarquistas, e sua influência no Movimento Operário do Rio de Janeiro, que se consolidou principalmente com a fundação, em 1903, da Federação Operária Regional Brasileira, naquele município. Esta instituição organizou em 1906, o I Congresso Operário Brasileiro, que debateu sobre a política e a economia, assim como sobre a necessidade de levarem a diante as lutas e reivindicações dos operários. Para tanto, pretendeu examinar alguns dos periódicos publicados pelos trabalhadores da Capital carioca, entre 1889 e 1930, durante a gênese e solidificação da classe operária nacional, encontrados principalmente nos acervos da Biblioteca Nacional e da Coleção ASMOB/CEDEM/UNESP.

O sindicalismo é um movimento de organização de trabalhadores que busca defender interesses comuns da classe operária, por meio de associações, sindicatos e federações sindicais, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. O sindicalismo revolucionário, por sua vez, surge na França do século XIX, com intenção de reunir os operários em um único organismo, independentemente de sua tendência política ou partidária. Compreende que a luta dos trabalhadores contra a exploração e opressão capitalistas precisa acontecer, inclusive, por meio de métodos de ação direta, tais como greves, boicotes e sabotagens, mas também, utilizando-se outros mecanismos de mobilização e propaganda, como a imprensa e a educação. No Brasil, o sindicalismo revolucionário da Primeira República no Rio de Janeiro utilizou, precipuamente, a imprensa, contribuindo para a consolidação da classe operária e sua mobilização em prol da emancipação do trabalhador carioca e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Embora não fosse pretensão do sindicalismo revolucionário estar associado a

* Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB. Doutora em Ciências Humanas – Educação, PUC-Rio.

¹ Participaram da pesquisa: Bruno Brandão Augusto Docente orientador do Projeto de Iniciação Científica, Mestre em Educação pela UERJ. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do UGB; Cintia Mari Toshimitsu, Marcella Amaral Figueira, Natália de Almeida Freitas, Rafaela Alves Fortes, discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB e integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Integral – GEPEI.

ideologias ou partidos políticos, o que se viu foi a forte presença do socialismo, mas, principalmente, a hegemonia do anarquismo no interior do movimento.

Nesta pesquisa, defendeu-se que o sindicalismo revolucionário foi doutrina e prática da classe operária que se instituiu no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, tendo em vista que foi a maneira como os trabalhadores estabeleceram o seu socialismo, um socialismo anárquico e revolucionário, que contribuiu para que o trabalhador buscasse sua emancipação econômica e social, assim como cooperou para a organização da classe operária, em decorrência de seus fins anarquistas e de sua concentração na luta econômica.

Em virtude do exposto, esta pesquisa pretendeu analisar a educação almejada e oferecida aos trabalhadores pelos militantes do sindicalismo revolucionário, em especial pelos anarquistas, em escolas mantidas por entidades da classe operária com sede no município do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, e no interior do Estado do Rio de Janeiro, utilizando como fontes, documentos oficiais e periódicos publicados a partir do advento da República até o ano de 1930.

O trabalho realizado teve o intuito de responder as seguintes questões: “Qual a concepção de educação do trabalhador foi idealizada pelos sindicalistas revolucionários anarquistas brasileiros no interior do Movimento Operário no Rio de Janeiro da Primeira República? Como se deu a criação das escolas operárias? Esta proposta educacional foi legitimada no interior da classe operária carioca?”

Três justificativas demonstraram a relevância deste projeto de pesquisa: a primeira vem da necessidade de se estudar a História da Educação Brasileira, pois esta tem o papel fundamental de reconstituir o contexto educacional, social e histórico, por meio de interpretações sobre as formas de compreensão das práticas de ensino, das instituições escolares e das teorias que as orientam; a segunda decorre da escassez de trabalhos que expliquem ou possibilitem a compreensão do modo como se deu o desenvolvimento do ensino na concepção dos próprios trabalhadores; por fim, a terceira justificativa vem do desejo de examinar o modo como circulou entre os operários, o ideário educacional anarquista, e sua concretização na prática do sindicalismo revolucionário, tendo em vista que no interior deste movimento também havia outras concepções ideológicas e políticas, de caráter socialista e/ou comunista.

Metodologia

Considerando que um método é um conjunto de atividades sistemáticas racionalmente organizadas que permite alcançar os objetivos da pesquisa com maior segurança e economia, neste estudo foram aplicados os procedimentos que constituem o método histórico. Este método, segundo Marconi e Lakatos, “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a influência na sociedade de hoje”, tendo em vista que as instituições se apresentam em sua forma atual conforme as alterações que sofreram ao longo do tempo, “influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”.

As autoras ressaltam que “o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2010:89).

Assim considerando, os procedimentos adotados foram os do método histórico, no que se refere aos dados buscados a respeito da educação anarquista no contexto da classe operária, bem como as manifestações concretas relativas ao sindicalismo revolucionário, conforme entendidos pelos próprios autores dos artigos publicados nos periódicos da época estudada.

A natureza do objeto da pesquisa e sua abrangência no campo educacional exige que se dê um tratamento metodológico que articule análise bibliográfica e pesquisa documental, na perspectiva qualitativa, por meio de leituras dos jornais operários que circularam no Rio de Janeiro, entre 1889 e 1930, período denominado pelos historiadores como Primeira República ou República Velha.

Para Kerlinger, a pesquisa com perspectiva histórica busca investigar os acontecimentos, desenvolvimentos e as experiências do passado, interpretando as evidências, a partir de fontes seguras que garantam a validade da informação. Sua relevância está no uso de fontes documentais, pois contribuem significativamente para a pesquisa em geral. As fontes documentais se constituem como “o repertório de um dado histórico”, isto é, “o relato de um acontecimento feito por testemunha ocular”, que no caso desta pesquisa refere-se aos periódicos publicados à época dos acontecimentos estudados (KERLINGER, 1979:347).

Assim considerando, a coleta e a interpretação dos dados serão realizadas considerando-se a necessidade de realizar leituras dos livros que trataram do tema estudado, assim como dos jornais operários selecionados para a realização do trabalho.

A escolha de periódicos publicados no Rio de Janeiro como fontes históricas de coleta dos dados decorre da constatação de que os operários, principalmente os anarquistas cariocas,

assim como os do Estado do Rio de Janeiro, utilizavam a imprensa para divulgar suas doutrinas, ideias, valores, princípios, sentimentos e conhecimentos. Grande parte desses jornais foram elaborados por instituições de operários e por trabalhadores autônomos. De modo geral, circulava com uma pequena tiragem e tinham pouca duração.

Considerando o grau de importância para os trabalhadores, assim como a afinidade com a temática estudada, foram examinados os seguintes jornais: *Voz do Povo* (1920), *Voz do Povo* (1890), *Avante* (1904), *Spártacus* (1919- 1920), *O Protesto* – periódico comunista livre (1899), *A Liberdade* (1919), *O Despertar* – periódico comunista livre (1898); *Boletim da Liga Operária da Construção Civil* (1921), *A Guerra Social* (1911), *Na Barricada* (1915-1916) e *A Voz do Trabalhador* (1908-1915). Esses periódicos compõem a Coleção ASMOB/CEDEM/UNESP, referentes aos periódicos do Movimento Operário, produzidos no período de 1900 até 1950. Desses, foram selecionados os jornais: “*A Guerra Social*”, “*Voz do Povo*” e “*A Voz do Trabalhador*”. O periódico anarquista “*A Vida*” foi acrescentado posteriormente, em decorrência de sua aproximação com o movimento operário e sindical brasileiros.

A pesquisa foi organizada em 4 (quatro) etapas. Na primeira, foram realizadas leituras preliminares dos periódicos elaborados pelos trabalhadores, selecionando e separando os artigos, reportagens e anúncios, por temas e modalidades discursivas, a serem analisados e interpretados posteriormente.

Previu-se no projeto que a segunda etapa seria a análise de periódicos de grande circulação que deveriam passar pelo mesmo processo e tratamento dos periódicos anarquistas e sindicais. Entretanto, por decisão do grupo de pesquisa, esta etapa foi suprimida, tendo em vista o curto espaço de tempo para a realização da pesquisa.

Na terceira, foram selecionados e organizados os periódicos que receberiam tratamento mais preciso, de modo que os dados coletados pudessem ser interpretados à luz dos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa.

Na quarta etapa, os dados da pesquisa foram interpretados e serviram para a elaboração deste artigo.

Para a consecução da pesquisa, a tarefa de leitura dos periódicos ficou a cargo de todos os participantes do grupo do PIC. O material foi distribuído entre os alunos e os orientadores e nos encontros regulares discutia-se sobre o material encontrado.

Inicialmente, o grupo de pesquisa realizou algumas leituras relevantes sobre anarquismo e sindicalismo revolucionário para que todos os participantes do grupo pudessem inteirar-se do

tema da pesquisa. Dessas leituras resultou também a escolha dos referencias que dariam o embasamento necessário ao trabalho final.

Ao mesmo tempo em que os estudos bibliográficos ocorreram, foram iniciadas as leituras dos periódicos elaborados pelos trabalhadores do Movimento Operário.

Sobre o Sindicalismo Revolucionário e sua relação com o Anarquismo

O sindicato é uma organização corporativa, formada por trabalhadores de uma determinada categoria profissional. Tem origem na Europa do século XIX e se fortaleceu no século XX. Foi responsável por mobilizar os operários e colocar o anarquismo no rol das doutrinas socialistas de peso no movimento operário nacional e mundial.

[...] É um movimento que agrupa, por meio de associações (locais, industriais, regionais, federais, nacionais e internacionais) os trabalhadores, visando a defesa comum dos seus interesses imediatos e futuros, materiais e morais, profissionais, intelectuais e sociais. Dentro do sistema que preconiza, figuram em primeiro lugar a transformação da sociedade e a abolição das classes. (RODRIGUES, 2006:75)

Em diferentes países os sindicatos recebem nomes como: ligas de resistência, uniões de ofício, associações de classe, *trade-unions* etc. O “Corporativismo (unionismo ou sindicalismo)” decorrente da união dessas associações, é definido por Neno Vasco como “o conjunto de ideias e de sistemas sobre a organização operária, a sua ação e os seus métodos”. O termo “sindicato” diz respeito a uma “sociedade de resistência”, por se tratar de uma associação operária destinada a defender os interesses dos trabalhadores “contra a exploração dos capitalistas” (VASCO, 1913:2).

De acordo com Rodrigues o sindicalismo revolucionário constitui-se como um sistema associativo direcionado para a emancipação dos trabalhadores, “suprimindo o patronato pela ação direta expropriadora e o advento de sociedade futura, sem chefes ou subordinados” (RODRIGUES, 2006:76).

Corrêa assinala que o “sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita ou conscientemente, em vínculo com o anarquismo”, mas é impulsionado por ele e utilizado como uma estratégia, sendo um meio e não um fim. O sindicalismo revolucionário ergueu-se a partir das práticas anarquistas no interior das lutas operárias, conforme adverte Samis: “[...] foi

mesmo a afluência anarquista que, nos campos teórico e prático, mais claramente colaborou para que o sindicalismo revolucionário merecesse dos trabalhadores enorme atenção” (SAMIS, 2007:15).

No caso do Brasil, o sindicalismo revolucionário está atrelado principalmente à ideologia anarquista com seu método contra a opressão dos trabalhadores: a ação direta.

Emprega-se hoje geralmente esta expressão para designar, em sentido restrito a ação da classe operária, sem interpostas pessoas, com os meios que lhes são próprios (greve, boicotagem, sabotagem, etc.). Mas analisando a ideia, vê-se facilmente que a ação sem interpostas pessoas, isto é, sem delegação de poder, tem aplicação em todos os campos, no econômico e no político, tanto contra os patrões como contra as autoridades, abrange várias formas de atividade e resistência, e não é senão o anarquismo considerado como método. E o método é o mais importante para um partido ou movimento, o que, sobretudo, o distingue, pois não basta ter boas intenções: é preciso saber o meio de as pôr em prática, de lhes dar realidade. A máxima: Todos os caminhos vão dar à Roma – não tem senso comum. Há os que vão dar um abismo. (VASCO, 1911:2)

Por ação direta entende-se a prática política e reivindicatória que os trabalhadores utilizavam para exigirem seus direitos, tais como as greves, os boicotes e até mesmo as sabotagens. Entretanto, o sindicalismo revolucionário que aqui se estabeleceu, indo além desses atos utilizou também outro elemento de mobilização no interior do movimento operário. Esse elemento foi a imprensa, que contribuiu para a emancipação do trabalhador assim como favoreceu a associação e divulgação do ideal anarquista. A ação direta pode ser “pacífica ou violenta” e ser uma ação do indivíduo ou uma ação coletiva. Porém, precisa ser uma ação ininterrupta, “em qualquer de suas formas, e em todas as suas fases, propaganda, organização, realização” (VASCO, 1911:2). E foi por acreditar nos resultados da ação direta que os anarquistas passaram a utilizar a imprensa como meio para a divulgação de seu ideal.

A influência anarquista no interior do Movimento Operário traz a ideia de que a educação é um dos principais mecanismos de ação direta, porque oferece ao trabalhador a possibilidade de leitura e reflexão crítica da realidade, principalmente quando abandona a educação abstrata e sistemática de doutrina religiosa e Estatal.

A educação, segundo os anarquistas Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mickail Bakunin (1814-1876), é meio de libertação do homem, porque a liberdade é o que movimenta

a vida humana. Além disso, é pela educação que a classe trabalhadora adquire o conhecimento científico e prático/profissional necessário que a torna capaz de participar do contexto político e social e, conseqüentemente, reivindicar melhores condições de vida e de trabalho (GUIMARÃES, 2014).

Fernand Pelloutier (1867-1901), sindicalista revolucionário francês, acreditava na necessidade de instrução dos trabalhadores. Ao assumir, como Secretário, a Federação das Bolsas de Trabalho na França (1895) e influenciado pelas ideias de Proudhon e Bakunin, defendeu e implantou escolas baseadas na concepção de educação integral, demonstrando sua crença na educação. Para ele, o ensino tem lugar privilegiado no trabalho revolucionário do sindicalismo, tendo em vista que educação e sindicato são indissociáveis (CHAMBAT, 2006).

Para Pelloutier, o ensino profissional estava integrado ao ensino intelectual, pois seu objetivo é “oferecer ao operário os subsídios necessários para que ele próprio possa ter o controle de sua atividade cotidiana, bem como dar o suporte necessário à luta contra a desqualificação que ameaça o trabalhador” (GUIMARÃES, 2014:185). Sua concepção de educação compreende um ensino que inclui aspectos teóricos e críticos sobre a prática e o ofício, indo além do simples ensino de atividades manuais, comum à época, principalmente quando o ensino profissional era oferecido pelo Estado.

Seu projeto envolveu cursos destinados aos adultos, chegando a implantá-los, na França, com sucesso e dedicou-se também à educação de crianças e jovens. Entretanto, as “escolas do sindicato” para crianças, foram criadas, à época, por outras Bolsas de Trabalho, associações e sindicatos, naquele país e em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Os trabalhadores brasileiros, precipuamente os militantes do anarquismo, insatisfeitos com a educação oferecida pelo Poder Público, reunidos em associações, sindicatos e federações, criaram, entre outras, escolas no município de Rio de Janeiro como a Universidade Popular (1904) e a Escola Operária 1º de Maio, (1912), mas também a Escola Moderna, em Petrópolis (1913) e a Escola da Liga Operária da Construção Civil, em Niterói (1921). Entre as diferentes escolas criadas e mantidas pelos trabalhadores, estavam aquelas que ofereciam ensino primário às crianças, assim como ensino de caráter científico e profissional aos adultos.

A educação nos periódicos operários

Verificou-se durante a análise dos periódicos que a educação foi foco de diversos artigos enviados pelos colaboradores. Os artigos versavam sobre a impossibilidade da educação

oferecida pelo Estado em alcançar os objetivos da educação revolucionária e apresentavam a proposta educacional de caráter libertário.

Seguindo a concepção da “escola do trabalho” elaborada por Fernand Pelloutier, os sindicalistas e anarquistas defendiam princípios e métodos da “pedagogia de ação direta”, tendo em vista a crença de que “a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores” (GUIMARÃES, 2014:182).

A desigualdade social é um dos fatores que favorece a revolta, pois enquanto o povo sente o peso da miséria e do sofrimento, a classe dominante está a ostentar suas riquezas, como se estivesse a zombar dos menos favorecidos. E quanto mais suntuosa é a elite, maior é o sofrimento do proletariado. Para anarquistas e sindicalistas, a educação e a instrução podem surtir o mesmo efeito na grande massa trabalhadora, tendo em vista que “mostram-nos as comodidades da vida, por conseguinte, desenvolvem as necessidades materiais, ao passo que habituam o indivíduo às necessidades morais mais fortes nas relações sociais” (PIERROT, 1912:2).

Ocorre, porém, que a Igreja e o Estado, instituições responsáveis pela educação à época, ofertavam aos proletários uma instrução mínima que não atendia às necessidades e as reivindicações populares. A educação integral, ou seja, a educação que envolve a formação intelectual, moral, física, estética e o senso político e revolucionário, não era ofertada ao proletariado. Daí decorre a ideia de uma educação mútua, feita pelos próprios trabalhadores, que atendesse aos interesses de classe. A educação assim realizada seria capaz de combater a obediência e desenvolver sentimentos de dignidade individual, gerando os sentimentos de justiça, de simpatia e solidariedade. A educação integral seria capaz de despertar na classe popular o desejo pela instrução e aguçar seu espírito crítico. A educação seria, portanto, uma espécie de propaganda.

A propaganda determina as necessidades materiais [...]. Excita as necessidades que nascem espontaneamente das condições do meio, e reforça as reivindicações operárias com o apoio de conhecimentos científicos (dados estatísticos, resultados da observação médica etc.). Além disso, a propaganda incita os proletários a reclamarem as comodidades da vida nascida do progresso científico, do desenvolvimento econômico da produção, e ainda da facilidade dos meios de comunicação. E é de todas estas comodidades que a classe possuidora goza afinal, produzidas tão somente pelo trabalho dos proletários. Intervém aqui, então com toda

a força, o sentimento de justiça. A propaganda mútua encoraja os trabalhadores e a reivindicarem todo o bem-estar material, os prazeres artísticos e intelectuais. (PIERROT, 1912:2)

Consideravam a instrução como a base na qual a reforma social estaria assentada e por este motivo deveria merecer cuidados especiais para que fosse sólida e correspondesse às aspirações dos trabalhadores. A instrução seria, portanto, a base da revolução, “o caminho que nos conduzirá ao grande objetivo, que só alcançaremos pela revolução” (PENTEADO, 1912:1).

Somente uma educação realizada com inteligência e amor poderia trazer a emancipação da classe trabalhadora. Somente uma educação com instrução racional e científica, mas que favorecesse, também, a formação moral e física daria conta do problema social. Trabalhadores bem formados seriam capazes de agirem como reformadores sociais.

Não nos basta somente querer a revolução, não nos basta sonhar com a reforma social, mas é preciso, é indispensável, urge fazermos alguma coisa para a sua realização, “e esta alguma coisa” deve ser a divulgação da instrução por meio de escolas calcadas sob os moldes do racionalismo científico preconizado por Francisco Ferrer, porque instruir segundo esses princípios é o mesmo que cercar pela raiz todos os prejuízos que entram o progresso do espírito humano, é o mesmo que extirpar uma a uma, todas as mentiras convencionais da época, enfim, é o mesmo que fazer despertar a consciência da humanidade para a vida do pensamento e da razão, incitando-lhe salutareias ideias de liberdade, de paz e de justiça. (PENTEADO, 1912:2)

Penteado, como outros anarquistas e sindicalistas revolucionários, entendem a revolução como um processo que modifica a condição da sociedade, transformando-a de modo que as consciências individuais sejam livres, em um contexto de solidariedade na ordem mundial, na coletividade. Somente a educação integral pode ser capaz de transformar a sociedade uma vez que, para ele, a instrução fará “o homem livre sobre a terra livre”.

Em um artigo publicado no n. 14 do periódico “A Guerra Social”, Errico Malatesta busca responder à questão que incomoda as mentes acostumadas a pensar na sociedade dividida pelas classes sociais: “Em anarquia todos hão de querer atingir o maior grau de instrução. Como fareis para dar ocupação a todos se, suponhamos, 90% dos indivíduos conseguirem chegar ao pináculo da instrução?”. Pergunta que muitos indivíduos se fazem ainda nos dias atuais.

Malatesta inicia sua resposta explicando que em uma sociedade organizada em um contexto anarquista, os homens não estariam divididos em trabalhadores manuais, doutores, literatos etc. Do mesmo modo, não haveria monopólio da instrução superior pela classe economicamente dominante, pois esta classe não mais existiria.

[...] uma vez abolido o privilégio econômico e dados a todos o direito e os meios de cultivar os estudos, todos se fariam sábios e artistas, e não ficaria pessoa alguma para produzir as coisas necessárias à vida, ou ficariam apenas os poucos a quem a natureza houvesse negado gosto e capacidade para os estudos. Dada a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, é fora de dúvida que este último dá maiores satisfações e assegura um predomínio moral, a que ninguém quereria livremente renunciar. O privilégio econômico seria, pois, uma necessidade social, um meio de impedir que se pusesse a estudar gente demais, abandonando a produção material. Mas a dificuldade logo desaparece quando se pensa que em anarquia ou, mais genericamente, em socialismo, isto é, numa sociedade igualitária em que todos tivessem os meios para trabalhar e para estudar, todos deveriam necessariamente tomar parte na produção do indispensável, e todos seriam, como se costuma dizer, ao mesmo tempo operário do braço e obreiro do pensamento. (MALATESTA, 1912:1).

A resposta de Malatesta reforça a ênfase dada pelo anarquismo à educação e à instrução. Esta visão social igualitária seria a chave para acabar de uma vez por todas com a desvantagem da classe trabalhadora, colocando todos os seres humanos em condições de igualdade. O conhecimento seria, não um privilégio, mas uma condição humana e não condição de uma classe. O autor continua exemplificando, que “quando o arquiteto tiver que subir ao andaime do pedreiro e o engenheiro de minas que extrai o carvão e o médico que fazer a cama aos doentes, oh! Então quantos meios não se hão de achar para tornar higiênico, fácil, agradável o trabalho”.

Em um artigo publicado pelo periódico “A Vida”, João Penteado escreve:

As escolas racionalistas, as escolas livres, as escolas despidas de todos os prejuízos políticos, sociais e religiosos – eis o recurso mais eficaz, mais poderoso, mais praticamente realizável para a consecução do ideal luminoso, radiante de amor, de bondade e de justiça, que tenta reabilitar a humanidade para a vida de harmonia e de fraternidade que se nos afigura perto, muito perto, na prespetiva feliz e iluminada

*da cidade Futura, em que seremos todos iguais, fortes e livres sobre a Terra livre.
(PENTEADO, 1914:9)*

É desse modo que os anarquistas e sindicalistas revolucionários compreendem a instrução e amplamente a educação. Afinal, elas deixariam de ser instrumento de dominação e controle do proletariado, bem como de exploração do povo, para tornarem-se instrumentos de prazeres e riquezas em um mundo mais solidário, sem miséria e sem sofrimento.

Outra convicção comum entre anarquistas e sindicalistas revolucionários sobre educação, é a rejeição à escola oferecida pelo Estado.

Em todas as nações em que a Terra foi parcelada, é regra geral, que o Estado, o governo constituído, encarregue-se do ensino público, tanto em sua parte primária como na alta fração das academias e universidades. É o Estado quem possui a faculdade de nomear professores, selecionando-os entre os candidatos que lhe parecem mais aptos para o mister de conservadores das tradições. O povo custeia, e os governos administram. Compreendendo, com a sagacidade peculiar aos depiladores, a grande importância da instrução pública como arma para a tácita submissão das massas ao jugo autoritário, os governos de todos os países apressaram-se em fazer da sua distribuição uma espécie de exclusividade para os poderes diretores. Amordaçada, com os movimentos em parte tolhidos ou desviados, do alvo que visava, ela debate-se sob a monstruosa tutela do mais rancoroso inimigo. As escolas públicas, primárias e superiores, fornecem uns programas instrutivos, cuidadosamente compilados pelos governos, e consoantes com os seus interesses econômicos, políticos, partidários, etc. (LIMA, 1915:6)

Trata-se de um ensino que é “tradicional e por isso estacionário e antiprogressivo” tendo em vista que é monopolizada, com um campo de ação restrito, porque favorece a burguesia e deixa o povo na ignorância, além de se constituir como instrumento de exploração das massas populares.

A escola infantil hoje é um centro de mistificações, de mentiras, de retardamento intelectual. Nela se ensina tudo que há de egoísmo, de baixos interesses, de ódio, desprezando-se aqueles sentimentos e aquelas ideias que corporificam a felicidade humana. [...] no regime vigente o trabalhador se matricula o filho num colégio é para tirá-lo depois de três anos a fim de colocá-lo numa oficina infecta a ganhar 500 réis

por dia, pois o pai precisa do seu minguado auxílio para no mínimo pagar o padeiro. A instrução monopolizada como está, com um campo de ação restringido, a burguesia ganha com isso, porque na ignorância das massas é que ela tem apoiado o seu edifício de exploração. (PALMEIRA, 1920:1)

A escola oferecida pelo Estado, à época, ensinava a criança a ler, escrever e contar, de maneira isolada e separada do contexto social. Além disso, de acordo com Palmeira, a criança permanecia pouco na escola. Tal fato se dá tanto porque essa escola nada tem a oferecer além do “escrever e contar”, mas também porque a criança vai cedo para a fábrica, de modo a contribuir com o orçamento familiar.

Palmeira assinalou também que, seguindo o exemplo de Ferrer, a escola deveria abandonar a tradição burguesa e os dogmas católicos “dois grandes males para a sociedade”, pois o ensino oferecido por estas instituições é defeituoso, calcado na crueldade da divisão social, em artifícios e mentiras que servem de base à sociedade moderna.

Nas escolas idealizadas por sindicalistas e anarquistas, saber ler e escrever é condição *sine qua non* para a aquisição do conhecimento, assim como para possibilitar ao indivíduo as condições para reivindicar e lutar em prol de seus direitos e necessidades. “O conhecimento necessário é aquele que esclarece o trabalhador e faz dele um sujeito capaz de realizar suas lutar para a grande Revolução Social” (GUIMARÃES, 2014:206).

É necessário destacar que as escolas mantidas por entidades sindicais e trabalhadores anarquistas não ficaram apenas no campo das ideias. Diversas foram as iniciativas em todo o país. No jornal “A Voz do Trabalhador” foram encontradas diversas menções sobre elas.

O Centro Cosmopolita, por exemplo, foi organizado em cooperação com o Centro de Estudos Sociais, oferecia aulas diurnas e noturnas de diferentes conteúdos: Português, Aritmética e Geometria, Francês, Geografia e Inglês (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de dezembro de 1913:4). Outro exemplo foi a Escola Popular mantida pela Liga Anticlerical no Rio de Janeiro. Esta escola oferecia o ensino primário diurno, para ambos os sexos, utilizando o método racionalista das Escolas Modernas. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de abril de 1914:4).

Além dessas escolas, também foram anunciadas pelo periódico “A Voz do Trabalhador”, a inauguração da primeira escola noturna da Liga Operária de Instrução Escolar, com mais de 40 alunos matriculados de ambos os sexos, no bairro Encantado, no Rio de Janeiro

(A VOZ DO TRABALHADOR, 30 de agosto de 1909:2); as aulas de instrução profissional, como foi o caso das “Aulas de Corte” oferecidas pela União dos Alfaiates, destinadas aos associados da referida instituição (A VOZ DO TRABALHADOR, 15 de novembro de 1909:4); a Escola *Remington*, que oferecia aulas de datilografia, taquigrafia, redação, escrituração e cálculo comercial, línguas vivas e desenho, em funcionamento na Rua Sete de Setembro; o Colégio Nacional, situado à Rua Figueiredo de Magalhães, em Copacabana e o Curso Comercial, noturno e diurno, localizado na Rua do Rosário (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de junho de 1909:4).

Considerações finais

Assim, mediante o exposto, conclui-se que o sindicalismo revolucionário contribuiu para a emancipação econômica e social, assim como cooperou para a organização da classe trabalhadora brasileira, em decorrência de seus fins anarquistas e de sua concentração na luta econômica. Do mesmo modo, este estudo compreende que o sindicalismo revolucionário foi a doutrina e a prática da classe operária que se instituiu no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Decerto, foi o modo como os trabalhadores estabeleceram o seu socialismo, um socialismo anárquico e revolucionário.

Em decorrência das ações do sindicalismo revolucionário e dos anarquistas, diversas foram as iniciativas que se dedicavam a oferecer educação aos trabalhadores do Rio de Janeiro. Na maioria delas ensinava-se pelo método racionalista organizado por Ferrer na Escola Moderna de Barcelona. A proposta racionalista, bem como a concepção libertária de educação, são modos de perceber a educação integral que deve ser oferecida a todos, sem distinção, com vistas à transformação da sociedade, entendida por anarquistas e sindicalistas como Revolução Social.

Referências

A VOZ DO TRABALHADOR. Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano I. n. 12. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Organ da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano II. n. 16. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Organ da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano II. n. 20. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Organ da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI. n. 44. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1913, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Organ da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VII. n. 51-52. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1914, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

CHAMBAT, Grégory. **Instruir para revoltar**: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma Pedagogia de Ação Direta. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2006.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. **A educação do trabalhador no movimento operário da Primeira República no Rio de Janeiro**: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2014.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1979.

LIMA, Efren. A Instrução e o Estado. **A Vida**. Ano 1.n. 3. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1915. Edição Fac-similar organizada pelo CMS – Centro de Memória Sindical e ASMOB – Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro. São Paulo: Ícone, 1988.

MALATESTA, Errico. A instrução superior e a anarquia. **A Guerra Social**. (1911 a 1912). Ano I, n. 14. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PALMEIRA, Luiz. Carta aberta a Exm^a. Sr^a. Prof^a. M. R. C. **Voz do Povo**. Órgão da Federação Operária dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral. (1920) Ano 1. n. 212. Rio de Janeiro: 8 de setembro de 1920. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 12 out. 2012.

PENTEADO, João. Instrução e Problema Social. **A Guerra Social**. (1911 a 1912). Ano I, n. 19. Rio de Janeiro, 03 de abril de 1912. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. As escolas e sua influência social: O ensino oficial e o ensino racionalista. **A Vida**. Ano 1.n. 2. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1914. Edição Fac-similar organizada pelo CMS – Centro de Memória Sindical e ASMOB – Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro. São Paulo: Ícone, 1988.

PIERROT, Marc. A Propaganda: do sindicalismo e revolução. **A Guerra Social**. (1911 a 1912). Ano I, n. 13. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo**: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

SAMIS, Alexandre. Introdução. In: LEVAL, Gaston; BAKUNIN, Mikhail. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário. A dupla greve de Genebra**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2007.

VASCO, Neno. A ação Direta. **A Guerra Social**. (1911 a 1912). Ano I, n. 5. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1911. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Sindicalismo Revolucionário: a organização operária. **A Voz do Trabalhador**. Organ da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI, n. 25, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1913, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).